

Feminismo negro e a produção de sujeitos: intelectuais negras e a questão da subalternidade.

Autora: Nayhara Almeida de Sousa

Orientador: Paulo A. dos Santos Vieira

Resumo: Este artigo apresenta o resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e trata das reflexões que relacionam as produções acadêmicas de intelectuais negras e a questão da subalternidade. Parte-se de uma preliminar que busca problematizar como intelectuais negras têm utilizado, no Brasil e nas Américas e em outras partes do mundo, suas produções acadêmicas de modo a interrogar um suposto território de subalternidade para onde seriam remetidas as mulheres negras. Considerando a contribuição de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Patrícia Hill Collins (2016), Bell Hooks (2015), Lélia Gonzalez (1984), entre outras, busca-se elementos de compreensão para esta chave da suposta subalternidade. Na sequência desta reflexão, pretende-se de expor as possibilidades de contestação da condição de subalternidade e silenciamento levantadas por algumas produções de intelectuais negras. Por fim, apresenta-se breve sistematização nas considerações finais, sistematizando e sintetizando as principais ideias apresentadas. Ao longo de todo este artigo, a utilização de metodologias qualitativas e o uso da revisão bibliográfica são os aspectos metodológicos que merecem apontamento.

Palavras-chave: intelectuais negras; mulheres negras; subalternidade.

Este trabalho tem como principal objetivo discutir a possibilidade da intelectual negra, como parte integrante de um grupo historicamente marginalizado, se produzir enquanto sujeito político. Como o título do trabalho indica, a questão é problematizar as produções de intelectuais negras como ferramentas de contestação de sua condição subalterna. Parto das reflexões já existentes sobre o tema, como por exemplo, Gonzalez (1984), Hooks (2015), Spivak (2010), Collins (2016), Moreira (2007), Gomes (1996) entre outras/os autoras/es que irão se debruçar sobre as discussões que envolvem educação, problemática racial, de gênero e de classe.

Gomes (1996) demonstra que as questões que envolvem raça, gênero e educação estão imersas em relações de alteridade. Os espaços educacionais, em todos os níveis, são permeados por conflitos, disputas e contradições que envolvem o racismo, a discriminação racial e de gênero. Durante a realização de sua pesquisa sobre contexto escolar vivenciado por mulheres negras, a autora constatou a presença de discursos que enfatizam uma suposta

incapacidade intelectual da pessoa negra. Discursos que tiveram grande força durante o século XIX, apoiados por teses pautadas no racismo científico¹.

Embora sejam constantemente rebatidos por intelectuais e pesquisadores, estes discursos ainda estão permeiam nosso imaginário e a prática social. Isso é perceptível quando os professores e professoras, tanto da educação básica, quanto do ensino superior, se mostram admirados com o bom desempenho de alunos e alunas negras, ou dos seus colegas negros e negras, ou quando alimentam expectativas depreciativas sobre a capacidade intelectual dos mesmos (GOMES, 1996).

Por tanto, o tema escolhido decorre da leitura de produções de intelectuais negras que veem há algum tempo problematizando a condição de mulher negra, trabalhadora e acadêmica, mulheres como Gonzalez (1984), Ribeiro (2017) e Conceição Evaristo². Buscamos inspiração no argumento de Gonzalez (1984) ao problematizar o silenciamento e negação relegado a população negra, aqui especificamente às mulheres negras:

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALES, 1984, p. 225).

Gonzalez (1984) aponta para a necessidade de desconstrução da naturalização do racismo e sexismo na sociedade brasileira. A partir de seu lugar de fala, enquanto pesquisadora negra, contesta a imagem cristalizada da mulher negra como mulata e doméstica. Da maneira semelhante, Hooks (2015) argumenta sobre a importância do auto-reconhecimento como intelectual na constituição da subjetividade das mulheres negras. Neste trabalho a valorização do pensamento crítico e da produção intelectual negra é importante, não por trazer status ou reconhecimento, mas por oferecer recursos que fortalecem a resistência e a constituição de nossas subjetividades (HOOKS, 2005).

¹ A questão é abordada por Schwarcz (1993) em sua análise sobre as instituições científicas brasileiras do final do século XIX. Com base em documentos e outras publicações da época, a autora reconstrói a mentalidade intelectual e política brasileira que acolhia o posicionamento liberal e a suposta superioridade racial embasada pelo racismo científico.

² Conceição Evaristo é reconhecida como importante escritora brasileira. Em entrevista a autora contesta as dificuldades que enfrentou para publicar suas obras, por ser mulher e negra. Disponível em: < <https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2018/07/22/noticias-artes-e-livros,231059/conceicao-evaristo-fala-dificuldade-das-mulheres-negras-na-literatura.shtml> > Acessado em 03/02/2017.

Por tanto, neste artigo o trabalho intelectual da mulher negra é compreendido como importante estratégia de libertação, essencial para todas as pessoas que se percebem oprimidas e/ou exploradas. Pessoas que passaram de objeto à sujeito e que trabalham para descolonizar suas mentes. (HOOKS, 2005, p.466).

Para os propósitos deste trabalho, ao modo de Hooks e Bernardino-Costa (2018), consideramos importante assinalar que o entendimento sobre intelectual negra não se limita a acadêmicas. Para Hooks (2005) ser intelectual não é, necessariamente, ser acadêmica.

O intelectual não é apenas alguém que lida com ideias Tenho muitos colegas que lidam com ideias e a quem eu muito relutaria em chamar de intelectuais. Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. (HOOKS, 2005, p. 468).

Compreendemos as intelectuais negras como os ativistas, professoras, artistas, lideranças religiosas, poetisas, enfim, todas aquelas mulheres negras, que a partir de suas produções, estão preocupadas com a desconstrução das inúmeras formas de discriminação presentes em nossa sociedade. (BERNARDINO-COSTA, 2018).

Desta maneira, este artigo está dividido em três partes. Na primeira parte trago as contribuições de Spivak (2010) sobre a questão da subalternidade. A intenção é estabelecer uma discussão entre suas afirmações sobre a impossibilidade de fala do sujeito subalterno e algumas críticas trazidas por autores como Carvalho (2011) e Aguiar (2016). Na segunda parte trato de expor as possibilidades de contestação da condição de subalternidade e silenciamento levantados por algumas produções de intelectuais negras. Na última parte trago as considerações finais. A metodologia qualitativa foi adotada juntamente com a pesquisa bibliográfica.

Spivak e a subalternidade

Spivak (2010) em sua obra “Pode o subalterno falar?” traz uma resposta negativa sobre a agência dos sujeitos subalternos. Sua preocupação principal é contestar os discursos hegemônicos e nossas formas de ler e apreender o mundo contemporâneo. A autora apoia-se na crítica as argumentações de Foucault e Deleuze para discutir a prática do/a intelectual pós-colonial e também aos estudos subalternos, ao qual se vincula (SPIVAK, 2010).

O grupo dos estudos subalternos reúne pesquisadores/as

[...]que seguindo a formulação do teórico italiano Antonio Gramsci sobre as classes subalternas como uma categoria alijada do poder, articulam uma pertinente discussão sobre os sujeitos subalternos no contexto sul asiático. (SPIVAK, 2010, p. 13).

Já a perspectiva pós-colonial, como parte integrante dos estudos subalternos, foi iniciada por intelectuais qualificadas/os como intelectuais da diáspora negra ou migratória. Partindo inicialmente dos estudos literários na década de 1980, expandindo-se posteriormente para outras disciplinas e para outras partes do mundo.

Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. (COSTA, 2006, p.117).

Os estudos pós-coloniais tem em autores/as como Homi Bhabha, Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak, Stuart Hall e Paul Gilroy suas principais referências. Em linhas gerais, a discussão pós-colonial compreende que

Toda enunciação vem de algum lugar, sua crítica ao processo de produção do conhecimento científico que, ao privilegiar modelos e conteúdos próprios ao que se definiu como a cultura nacional nos países europeus, reproduziria, em outros termos, a lógica da relação colonial. (COSTA, 2006, p.117)

É a partir desta abordagem que Spivak (2010), como importante representante do estudos pós-coloniais, questiona se o sujeito subalterno pode falar. E ao fazer esta reflexão promove também autocrítica ao papel do/a intelectual pós-colonial. Desta maneira, o ato de falar pelo sujeito subalterno pode ocorrer fora da reprodução do discurso hegemônico. Assim, a autora alerta para o fato da produção intelectual encarar o sujeito subalterno como monolítico e indiferenciável, quando na verdade é “irremediavelmente heterogêneo” (SPIVAK, 2010, p. 57).

É importante perceber, a princípio, que o questionamento trazido por Spivak (2010) problematiza as abordagens pós-colonialistas e dos chamados estudos subalternos, especialmente suas as concepções de resistência e ação política. As críticas da autora

refletem tanto suas diferenças, quanto suas proximidades em relação a essas vertentes teóricas (CARVALHO, 2011).

Por um lado, enfatiza-se a crítica a quaisquer concepções baseadas na soberania do sujeito, mesmo as que estariam presentes em Deleuze e Foucault – o que já caracteriza originalidade e densidade analítica do trabalho – e, por outro, manifesta-se uma divergência às ênfases que autores do pós-colonialismo – vide produção tardia de Edward Said, por exemplo – dão a certas capacidades de agência de indivíduos, grupos e movimentos sociais. (CARVALHO, 2011, p. 65).

Spivak (2010) argumenta sobre as dificuldades de agenciamento coletivo enfrentadas pelo sujeito subalterno. Ao criticar o posicionamento desses autores aponta para a subordinação e incapacidade de autonomia dos sujeitos subalternos frente a “cadeia hegemônica de signos”. Mas, na medida que Spivak (2010) reforça os problemas do fazer teórico, também parece limitar as possibilidades de sua própria produção. É possível afirmar que sua posição acaba por reforçar a subordinação e o silêncio dos subalternos. De acordo com Carvalho (2010) críticas como essa, são muito comuns em diversas recepções sobre a obra de Spivak.

Apesar das críticas à sua obra e o tempo passado desde sua publicação original em 1986, as contribuições de Spivak (2010), sobre as situações onde o sujeito subalterno não pode ser ouvido, ainda permanecem atuais. De acordo com Aguiar (2016), mesmo com sua indiscutível contribuição e rigor teórico, Spivak (2010) aponta para uma impossibilidade de que as classes subalternas possam alcançar estratégias de superação de sua condição subalterna.

Esta seria uma das principais críticas levantadas à Spivak (2010). E é neste contexto de discussão sobre subalternidade e seus limites que a condição das mulheres subalternas é apresentada como mais precária. “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.” (SPIVAK, 2010, p. 67).

Ao discutir o caso de auto-imolação das viúvas e da jovem indiana que não pode se auto-representar, que não pode falar e quando fala não encontra meios para ser ouvida, Spivak (2010) apresenta um contexto em que a subalterna não consegue sair de sua condição através

da autoridade do intelectual que fala por ela. Para Spivak (2010), a capacidade de falar implica ser ouvida. Mas o que aconteceria num contexto em que a intelectual pertence ou está associada à subalternidade que ela própria descreve, interpreta e produz? Este questionamento é o que tentarei responder na próxima parte.

A intelectual negra e o Feminismo Negro

Pode a intelectual negra, como parte de um grupo historicamente subalternizado, falar e ser ouvida? As produções de intelectuais negras afro-americanas e latino-americanas são relevantes para a tentativa de responder a questão. O feminismo negro surge como uma organização de intelectuais negras que não necessitam de tutela para poder falar por si. Essa insurgência de intelectuais negras, que transcende localização geográfica e se expande para diversas áreas do conhecimento, representa uma virada para os estudos de gênero e das relações raciais. É possível exemplificar isso nas produções de Gonzales (1984), Moreira (2007), Hooks (2005), Davis (2016) e Collins (2016).

Nesta discussão sobre a potência das produções de intelectuais negras é preciso evidenciar que a própria Spivak (2010) aponta para a possibilidade de que a mulher intelectual produza contestação a condição do silêncio imposto ao sujeito subalterno feminino.

Com respeito à “imagem” da mulher, a relação entre mulher e o silêncio pode ser assinalada pelas próprias mulheres; as diferenças de classe e raça estão incluídas nessa acusação. A historiografia subalterna deve confrontar a impossibilidade de tais gestos. A restrita violência epistêmica do imperialismo nos dá uma alegoria imperfeita da violência geral que é a possibilidade de uma episteme. (SPIVAK, 2010, p. 56).

Spivak (2010) propõe que a tarefa das produções intelectuais devam confrontar o silêncio sentenciado as mulheres em condição subalterna, de produzir uma outra episteme. A autora direcionou suas contribuições finais para a mulher intelectual: “A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio.” (SPIVAK, 2010, p. 126).

A produção intelectual de mulheres negras, em diferentes contextos sociais e geográficos, vem de maneira semelhante, há algum tempo problematizando o lugar de subordinação e silenciamento³. No Brasil o feminismo negro, caracterizado como movimento social urbano com seu marco na década de 1970⁴. (MOREIRA, 2007, p.56). Desta forma, o feminismo negro brasileiro é compreendido como articulações institucionalizadas e/ou autônomas de mulheres negras, que contestam criticamente as abordagens do feminismo tradicional⁵ e o papel secundário relegado a elas dentro de algumas entidades que compõe o movimento negro. (MOREIRA, 2007, p. 57).

Nos Estados Unidos o feminismo negro, também como forma de articulação de mulheres afro-americanas, se constituiu há algum tempo, com atos de resistência, tanto organizados, quanto anônimos como informa Davis (2016) e Ribeiro (2017). Para Collins (2016) o pensamento feminista negro consiste em:

[...]ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Diversas premissas fundamentam essa definição em construção. Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras. Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. O pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns. [...] Não existe uma plataforma feminista negra a partir da qual se possa medir a “precisão” de uma pensadora; nem deveria haver uma. Em vez disso, como defini acima, existe uma longa e rica tradição de um pensamento feminista negro (COLLINS, 2016, p. 101-102).

É possível perceber pela definição de Collins (2016) a relevância de pensar a condição das mulheres negras, a partir de suas próprias produções. E que isso é uma importante ferramenta de contestação da condição de subalternidade. A autora aponta que há muito tempo as mulheres negras, de uma maneira geral, têm ocupado posições marginais. E que muitas intelectuais negras “têm feito uso criativo de sua marginalidade, do seu status de

³ Lembrar da icônica atuação de Sojourner Truth em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio nos Estados Unidos, em 1851. Seu discurso *Não sou eu uma Mulher?* Criticava a pretensa universalidade da categoria mulher e a invisibilidade e silenciamento relegado as mulheres negras afro-americanas (DAVIS, 2016).

⁴ “A apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975 marcou o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro.” (CALDWELL, 2000, p. 97).

⁵ “Feminismo tradicional é aqui caracterizado como um espaço de lutas por igualdade de direitos comandados por mulheres brancas, de classe média alta e intelectualizadas.” (MOREIRA, 2007, p. 58).

outsider within, para produzir um pensamento feminista negro capaz de refletir um ponto de vista especial em relação ao *self*, à família e à sociedade” (COLLINS, 2016, p.99).

Neste contexto de contestação contínua da condição de subalternidade, é possível perceber a aproximação das críticas de Hooks (2013) e Gomes (1996) direcionadas a formação educacional no Brasil, em todos os níveis, que ainda subjuga a intelectualidade negra. Reproduzindo dentro das escolas e universidades a mesma lógica racista excludente que permeia as relações sociais em outros espaços.

As mulheres negras, em especial as feministas, pensam em afirmar seu lugar enquanto intelectual. Ao falar da produção intelectual negra, Hooks (2005) afirma que, em geral, quando pensadores negros escrevem sobre a intelectualidade negra focalizam-se nas vidas e obras de homens.

Ao contrário da massuda obra de Harold Cruse (*A crise do intelectual negro*) que não dá nenhuma atenção a obra das intelectuais negras o ensaio de Cornel West *O Dilema do Intelectual Negro* foi escrito num momento histórico em que a existência de um enfoque feminista sobre o gênero sexual devia ter levado qualquer estudioso a considerar o impacto dos papéis sexuais e do sexismo. Contudo West não olha especificamente a vida intelectual da negra. Não reconhece o impacto do gênero nem discute o modo como as ideias sexistas de papéis masculino/ femininos são fatores que informam e moldam tanto nosso senso do que e ou pode ser a intelectual negra quanto sua relação com um mundo de ideias que transcende as produções individuais (HOOKS, 2005, p.466).

Hooks afirma que muito pouco se escreveu sobre as produções das intelectuais negras norte-americanas, mesmo com inúmeras delas desempenhando importantes papéis como pensadoras críticas. A autora afirma que a “subordinação sexista na vida intelectual negra continua a obscurecer e desvalorizar a obra das intelectuais negras.” (HOOKS, 2005, p.467).

Exemplo disso, é o que acontece com os intelectuais negros brasileiras. A ausência⁶ e negação da intelectualidade negra brasileira é um fato apontado por autores como Bernardino-Costa (2018) e Lima (2001). Mas, atinge de maneira particular as intelectuais negras.

⁶ O site de notícias publicou uma reportagem intitulada “Intelectuais negros estão fora da bibliografia, criticam especialistas”. A reportagem apresenta o trabalho de pesquisadores brasileiros que argumentam sobre a invisibilidade de intelectuais negros dentro das universidades. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/pesquisadores-negros-estao-fora-da-bibliografia-criticam-especialistas>> Acessado em 04/02/2019.

Desconheço qualquer mulher negra brasileira, viva ou morta, cujo nome esteja associado a ímpar intervenção cultural, talento memorável nas artes, universalmente celebrada no mundo acadêmico ou em qualquer outra esfera social. Conhecida e unanimemente alentada e admirada, acredito que temos não uma mulher negra, mas uma sua representação naturalizada ainda que submetida ao arbítrio da história, uma sua versão biossocial “melhorada”, pivô de uma complexa problemática racial, germe de uma inusitada questão de gênero genuinamente nacional (LIMA, 2001, p. 282).

Lima (2001), ao afirmar que temos uma representação naturalizada da mulher negra, refere-se ao estereótipo de “mulata”. Sobre essa questão, Gonzalez (1979) argumenta que este estereótipo acentua a naturalização da subordinação da mulher negra brasileira, e nos alerta para outro estereótipo que opera nesse contexto.

O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar, etc.. Já o termo “mulata” implica na forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos nacionais burgueses. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudo-mercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra articula-se a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isto, além do lucro, significa em imagem internacional favorável para a “democracia racial brasileira (GONZALEZ, 1979, p.16).

As argumentações de Lima (2001) e Gonzalez (1979) nos auxilia na reflexão de que estereótipos e outras formas de representações sociais podem reforçar a situação de invisibilidade de determinados grupos sociais. Como por exemplo, argumenta a importante escritora brasileira Conceição Evaristo. Em uma entrevista concedida a um site de notícias mineiro a escritora fala sobre as dificuldades que as mulheres negras enfrentam para serem reconhecidas como produtoras de saber e conhecimento. Conceição Evaristo começou a escrever ainda criança, mas só viu suas histórias serem publicadas pela primeira vez aos 44 anos, em 1990, na coletânea *Cadernos negros*. A primeira publicação individual só aconteceu no ano de 1993⁷.

De maneira semelhante, Lélia Gonzalez, relevante pesquisadora brasileira, aparece como importante figura para as discussões sobre o papel da intelectual negra na contestação

⁷ Em entrevista concedida a um portal de notícias Conceição Evaristo aponta as dificuldades enfrentada por escritoras negras na literatura. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2018/07/22/noticias-artes-e-livros,231059/conceicao-evaristo-fala-dificuldade-das-mulheres-negras-na-literatura.shtml>>

da subordinação e silenciamento. Lélia ainda é pouco lembrada no meio acadêmico, apesar de ter circulado o Atlântico Negro, acompanhado as lutas políticas na África do Sul e Namíbia, participado de mesas redondas com feministas negras norte-americanas e tinha contato com o movimento afro-caribenho, afro-colombiano, afro-peruano etc (BERNARDINO-COSTA, 2018). Além de evidenciar as experiências da população negra brasileira e, em especial da mulher negra latino-caribenha (RIBEIRO, 2017).

Mas, não é apenas com a questão racial e de gênero que as intelectuais negras estão preocupadas. Diversas produções, em especial as relacionadas ao feminismo negro, irão problematizar as hierarquias de raça, classe e gênero. No final da década de 1990 o debate feminista internacional, oriundo de diferentes vertentes teóricas, passa a ser marcado por ideias que permeiam o campo da interseccionalidade as diferentes categorias que aliadas a gênero permeia os contextos sociais (PISCITELLI, 2008).

Piscitelli (2008) realiza o esforço de reunir comentários sobre as categorias de articulação e interseccionalidade. A autora reúne nomes importantes para a abordagem interseccional como Kimberlé Crenshaw (2002), Brah (2006), entre outras autoras, mas não aprofunda de como este debate é levantado pelo feminismo negro.

A autora cita Kimberlé Crenshaw (2002) como importante nome para a abordagem interseccional. Kimberlé Crenshaw (2002) define interseccionalidade como:

Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177).

Próxima das reflexões de Crenshaw (2002), Angela Davis (2016), na primeira publicação da obra *Mulheres, raça e classe*, em 1981, promove reflexão importante sobre a maneira como as questões que envolvem, raça, classe e gênero irão se combinar e se cruzar na produção e reprodução de desigualdades que atingem as mulheres negras.

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também, informa classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre

raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2016, p. 12).

Collins (2017) aponta que a ideia de interseccionalidade tem estreita relação com as ideias trazidas por intelectuais negras e feministas que emergiram no século XX. A autora também traz relevante contribuição para a nossa discussão sobre a intersecção entre gênero, raça, classe. Sua exposição sugere uma leitura não dicotômica sobre os sujeitos, e que estas categorias estão articuladas e são experimentadas de maneira diferente nos diversos contextos materiais, sociais e intelectuais que compõe a realidade dos indivíduos. Assim, os indivíduos vão se constituir de maneira diferentes a depender das suas experiências de vida. Collins (2017) ainda argumenta que a noção inicial de interseccionalidade está relacionada com a promoção de políticas emancipatórias que tenham a noção de justiça social em seu cerne.

É importante lembrar das representações sociais que são relacionados a categoria mulher negra e de como elas contribuem para a sua negação como produtora de pensamento crítico. Sobre isso Hooks (2005) argumenta que as representações sociais relacionadas à expressão da sexualidade das mulheres negras favorece a formação de consciência coletiva em que as negras fossem apenas corpo sem intelecto.

A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como símbolo sexual os corpos femininos negros são postos numa categoria, em termos culturais, tida como bastante distante da vida mental (HOOKS, 2005, p. 469)

Isto também pode ser observado nas problematizações sobre racismo e sexismo realizadas por Gonzalez (1984). A autora problematiza as representações sociais sobre a mulher negra, não apenas a partir da questão racial, raça e gênero, mas também pela necessidade de afirmação enquanto intelectual.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice, etc. e tal. [...] Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão (GONZALES, 1984, p. 226-227).

Gonzales (1984) expõe a necessidade, não apenas de questionar as hierarquizações de raça, classe e gênero mas também de afirmar a mulher negra como produtora pensamento crítico e de não mais reproduzi-lo.

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência...(GONZALES, 1984, p. 225).

A argumentação de Gonzales (1984) e todas as outras contribuições teóricas citadas auxiliam na reflexão de que as produções de intelectuais negras, principalmente aquelas envolvidas com o feminismo negro, atuam na contestação da condição de subalternidade. Viver a margem proporciona apreender a realidade de maneira bastante singular, isso reflete em produções intelectuais notavelmente interessantes.

Considerações Finais

Dentro de tudo o que foi escrito é possível concluir que o feminismo negro aparece como potente ferramenta para que a intelectual negra, dentro das possibilidades agenciadas pela condição de subalternidade, “fale e seja escutada”. Que promove reflexão crítica sobre sua condição e possibilita que existam resistências. E, consiga atingir, mesmo que de maneira tímida, outras mulheres negras dentro e fora do contexto acadêmico.

Sendo assim, reforçamos os argumentos de Hooks (2005) e Bernardino Costa (2018) em usar referências de intelectuais negras nas construções de nossas pesquisas. Isso fortalece a possibilidade de falar por nós mesmos. Apresentando-se como um desafio de propor uma outra possibilidade de interpretação sócio-histórica.

Produzir pensamento crítico sobre os diferentes contextos que envolvem a população negra, em especial a mulher negra e para usar outras intelectuais negras como referências é de certa forma, atender ao chamado final de Spivak (2010). Para além, atender ao chamado de

tantas outras intelectuais, como Hooks (2005), Gonzalez (1984) que se preocuparam especificamente com essa questão.

Escrever este artigo foi uma tarefa importantíssima para pensar os limites do trabalho intelectual e das generalizações das diferentes experiências das mulheres negras. O termo Intelectuais negras é muito abrangente e pode abordar diversas experiências e que não é possível limitá-las neste artigo. Posso dizer que foi um “trabalho árduo”, como escreve Sandra Regina Goulart de Almeida no prefácio da obra de Spivak (2010).

Um trabalho árduo que permitiu pensar os limites da representação, como lembra Spivak (2010), e compreender que a intelectual negra, pode estar distante da condição experimentada pela “negra anônima da favela” como lembra Gonzalez (1984). Ou ela mesma pode ser a “negra anônima da favela”.

Atualmente, em destaque midiático brasileiro e mundial, já temos algumas mulheres negras que podem falar. Estamos em momento histórico diferente desse apontado por algumas autoras da bibliografia utilizada, mas suas reflexões são fundamentais para pensar limites da ideia de subalternidade trazida por Spivak (2010).

Reconheço que este artigo foi uma limitada reflexão sobre essas condições, e com certeza, necessita de um maior refinamento teórico. Delimitar melhor sobre qual intelectual negra estamos falando? De qual lugar ela fala? Quais suas condições materiais? Entre tantas outras questões que podem ser levantadas para auxiliar em melhores interpretações.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Jéssica Danilla Nascimento. **Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica?** Revista Estudos de Sociologia. Araraquara. V. 21. N. 41 p. 273-289, jul.-dez, 2016. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8659/6059>>. Acessado em 24 de mai. 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal.** Revista Sociedade e Estado. Volume 33, Número 1, p. 119-137, Janeiro-Abril 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-117.pdf>>. Acessado em 27 de jul. 2018.

CALDWELL, Kia lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil.** In: Estudos feministas. vol. 8. n. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2000, p. 91-108. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922/11177>>. Acessado em 26 de jul. 2018.

CARVALHO, Bruno Sciberras de Carvalho. **Subalternidade e possibilidades de agência:** uma crítica pós-Colonialista. In: Revista Estudos Políticos, n. 3, 2011. pp. 65-69. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2011/11/3p65-69.pdf>>. Acessado em 25 de jul. 2018. (Resenha: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2010). Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFMG).

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within:** a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado. Volume 31. Número , p. 99-127, Janeiro-Abril, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em 26 de jul. 2018.

_____. **Se perdeu na Tradução?** Feminismo Negro, Interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo, v. 5, N. 1, Jan/Jun. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acessado em: 18 jan. 2019.

COSTA, Sérgio. **Desprovincializando a sociologia:** a contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais vol.21 no.60. São Paulo, 2006. pp 117-183. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29764.pdf>>. Acessado em 25 de jul. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acessado em 25 de jul. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Educação: raça e gênero: relações imersas na alteridade.** Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas, p. 67-82, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Ciências Sociais Hoje, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos ANPOCS, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://www.academia.edu/27681600/Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_-_L%C3%A9lia_Gonzales.pdf>. Acessado em 25 de jul. 2018.

_____. **Cultura, etnicidade e trabalho:** Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher. Comunicação apresentada no VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Pittsburgh, Pensilvânia, USA, 5-7 abril, 1979.

HOOKS, Bell. **Intelectuais negras.** Estudos Feministas, Florianópolis, ano 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acessado em 25 de jul. 2018.

_____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade** WMF Martins Fontes, 2013.

Moreira, Núbia Regina. **O Feminismo Negro Brasileiro: Um Estudo do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 2007.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura. Goiânia. vol.11, n. 2, jul/dez, 2008. pp. 263-274. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5247/4295>>. Acessado em 26 jun. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMS. pp. 19-84 (Cap. I, II e III) Disponível em: <<https://perspectivasqueeremdebate.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>> Acessado em 26 de jul. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.